

PERCURSOS E SENTIDOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: BREVES REFLEXÕES E APONTAMENTOS HISTÓRICOS

Kellison Lima Cavalcante ¹

Ana Livia Silva Monteiro ²

Jiulia Almeida Carvalho Alves de Souza ³

INTRODUÇÃO

A Educação engloba os processos de ensinar e aprender, facilitando a aquisição de conhecimentos, habilidades, valores, crenças e hábitos ao longo da nossa trajetória. Esse processo educacional é baseado na relação entre os ambientes em que vivemos, como a escola, a família, a igreja, o trabalho e outros agentes sociais. Nesse sentido, a educação tem como finalidade a disseminação do conhecimento e a formação ética do ser humano, constituindo um dos fatores determinantes para o desenvolvimento de uma sociedade mais digna e desenvolvida. Assim, a sociedade busca na fundamentação da educação o verdadeiro sentido para sua evolução e consolidação, principalmente na área cultural que contribui para a sua modernização e atualização.

Nesse contexto, as práticas educativas na história da educação no Brasil iniciaram com as atividades de catequização dos jesuítas. Com a chegada das missões, os costumes e as tradições locais se adaptaram aos princípios religiosos cristãos. Assim, a educação brasileira teve seu início através da catequização cristã, que era a principal finalidade da missão jesuíta no Brasil.

Essa influência religiosa na educação provocou transformações na sociedade brasileira, como o acesso a formação de qualidade para a elite colonizadora e a formação para o trabalho para negros e índios. No entanto, apesar de várias mudanças e contribuições nos sistemas educacionais do Brasil, a educação em muitos momentos não teve incentivos, sendo deixada de lado. Por isso, torna-se importante refletir sobre os percursos e os contextos da consolidação do processo educacional brasileiro.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, kellisoncavalcante@hotmail.com;

² Graduando do Curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, anamonteiro678@gmail.com;

³ Graduando do Curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, jiuliaa7@gmail.com.

Esse processo de conhecimento da história da educação brasileira possibilita relacionar etapas e influências no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, esse trabalho tem como objetivo refletir sobre os sentidos da história da educação brasileira, reconstruindo os percursos e os contextos.

METODOLOGIA

Consistiu em uma pesquisa básica com uma abordagem qualitativa do tipo descritiva, realizando uma análise e discussão teórica sobre a trajetória da educação no Brasil através da pesquisa bibliográfica como procedimento técnico. Gil (2008) ressalta que a pesquisa bibliográfica parte dos estudos exploratórios em busca ampliar e fundamentar a análise do tema em discussão, com a realização de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdos. Dessa forma, as fontes secundárias foram obtidas através de consultas e buscas no Portal Periódicos Capes e na base de dados do SciELO.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação é uma dimensão essencial no processo de evolução do ser humano e na construção de uma sociedade capaz de integrar seus cidadãos de forma igualitária através dos interesses sociais. Meksenas (2002) ressalta que a educação nasce quando se transmite e se assegura as outras pessoas o conhecimento de crenças, técnicas e hábitos, a partir de experiências e construção dos saberes.

Assim, a educação torna-se a base do desenvolvimento social e da formação de cidadãos críticos e reflexivos da realidade vivenciada. E como base da sociedade, a educação no Brasil pôde ser utilizada como forma de dominação, de restrição, mas também de avanço, libertação, reflexão e de mudanças ao longo dos tempos. Nesse sentido, Souza (2018) afirma que:

O Brasil apresenta, em cada período de sua história, realidades e contextos diferentes, mas que, evidentemente, não difere o modelo de educação destinado às classes populares: uma educação domesticadora, elitista, reacionária, não raro às vezes, em precárias condições, privando-as, assim, de uma educação democrática, libertadora, transformadora e realmente de qualidade (p. 01).

No Período Colonial (1500-1822) a educação estava vinculada à política de colonização dos portugueses e através da Companhia de Jesus dos Jesuítas inicia-se o processo educativo brasileiro. Ribeiro (1993) descreve que no Período Colonial, a educação foi uma necessidade dos colonizadores para moldar os índios e torna-los mais dóceis e de fato educar os filhos dos colonizadores, dos senhores dos engenhos e das classes mais abastadas da sociedade. Nesse contexto, no Período Colonial a educação estava vinculada à política de colonização dos portugueses e através da Companhia de Jesus dos Jesuítas inicia-se o processo educativo brasileiro.

De acordo com Souza e Santos (2019) o sistema de ensino jesuítico apresentava uma rede organizada de escolas e uma uniformidade de ação pedagógica que contribuiu para a formação da sociedade brasileira, ministrando além do ensino secundário o ensino superior também. Mas para aqueles mais abastados da sociedade o destino era continuar os estudos na Europa, retornando grandes advogados e médicos.

Mas com a chegada da Família Real em 1808 e o início do Período Imperial (1822-1889) podemos destacar um período de descaso com a educação brasileira, pois já havia ocorrido a ruptura do sistema de ensino jesuítico no final do Período Colonial, com a expulsão dos Jesuítas para Portugal, e nenhum sistema educativo foi implantado, ficando a educação brasileira sem nenhum ordenamento. E os interesses do Império era apenas a retomada da economia e mais força de trabalho.

No Período Imperial foi promulgada a primeira constituição brasileira, mas não foi mencionada nenhuma diretriz para a educação, garantindo apenas a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos. Mas percebe-se historicamente que a educação ficou sem organização e diretrizes nesse período histórico, apesar dos esforços do Império em expandir e descentralizar o ensino no Brasil, como ressaltam Silva e Souza (2011).

“[...] o Governo Imperial favoreceu a construção de espaços de cultura e saber nas diversas regiões, possibilitando o acesso as instituições, com destaque para a educação profissional com os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1827, as Academias de Medicina e Cirurgia na Bahia e no Rio de Janeiro em 1832, bem como o surgimento de algumas escolas a exemplo do Liceu Imperial no ano de 1838, em São Paulo, o Colégio D. Pedro II, a Escola Normal de Niterói que expandiu-se para outras localidades do Brasil” (p. 70).

Ribeiro (1993) destaca que no Período Republicano ocorreram algumas propostas para mudanças na educação, como a proposta educacional da reforma Benjamin Constant, que objetivava um ensino gratuito, sem vínculo com nenhum tipo de religião e a liberdade para a escolha e participação na educação. Algo novo e que perpetua até os dias atuais que é o ensino direcionado aos níveis superiores de educação, com o foco na ciência e pesquisas científicas.

Depois no ano de 1911 ocorreu uma nova proposta a Reforma Rivadávia Côrrea, era para que o ensino secundário promovesse a formação do cidadão brasileiro, assim como visava a liberdade do ensino com amplo acesso para a população brasileira e a troca do diploma por um certificado de aproveitamento. Uma última mudança foi a Reforma João Luiz Alves que criou a disciplina Moral e Cívica, com ementa de conhecimentos sobre a sociedade brasileira e o caráter, a assim acrescentando o sentido ético e nacionalista dos cidadãos brasileiros.

Conforme Ribeiro (1993), com a publicação da nova Constituição Federal em 1934 ficou determinado ser dever do governo disponibilizar o direito a educação de todos os brasileiros. Nesse período ocorreram mudanças, onde algumas delas tem permanência até os dias atuais. Como a permissão que foi dada para que fossem oferecidas escolas públicas e privadas. Foram muitas mudanças na educação na era Vargas, mas foi no final em 1954 que ocorreu no país uma estrutura de educação como o ensino primário ensino ginásial; e um ensino colegial (nas modalidades clássica ou científica).

Após a redemocratização do Brasil em 1985 e a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação brasileira tornou-se mais democrática e garantiu o acesso para todos. E depois de importantes discussões e planejamentos, em 1996 foi promulgada a Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que tem como objetivo orientar a educação brasileira da educação básica ao ensino superior. Essas diretrizes e bases foram responsáveis pela ampliação do acesso à educação para todos os brasileiros, tornando a educação um bem necessário para a sociedade. Outro avanço trazido pela LDB foi a valorização dos profissionais da educação, como a necessidade de formação continuada.

Entre os grandes avanços da LDB de 1996 (BRASIL, 1996) foi a garantia da gestão democrática no ensino público, trazendo a participação da sociedade. Trouxe também a educação básica obrigatória e gratuita a partir dos 4 anos de idade, bem como

as diretrizes para os gastos mínimos da união, dos estados e dos municípios dos seus orçamentos na manutenção do ensino público. E a mudança mais recente foi a ampliação do ensino integral, onde a carga horária anual passou de 800 para 1.200 horas, bem como o currículo do ensino médio norteado pela Base Nacional Comum Curricular com base em itinerários formativos. Todo esse avanço da LDB trouxe inúmeros ganhos para a educação brasileira, tornando essencial para a evolução da sociedade e a garantia do acesso à educação para todos.

Com a promulgação da LDB de 1996, a educação brasileira foi organizada a partir de suas diretrizes e bases, passando por atualizações para que as mudanças da sociedade fossem revistas e inseridas no contexto educacional, como podemos destacar a ampliação da duração do Ensino Fundamental de 8 para 9 anos. E diante desses avanços é importante ressaltar o atual Plano Nacional de Educação (PNE) foi estabelecido pela Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014) e que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileira para o período de 2014 até 2024. Acredito que o principal reflexo do PNE é o objetivo em melhorar a educação no Brasil com base em 20 metas a serem alcançadas nesse prazo de 10 anos. Sendo que essas 20 metas abrangem todos os níveis de formação, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, focando em questões como a educação inclusiva, o aumento da escolaridade média, a capacitação e a valorização dos professores, bem como a gestão democrática e o financiamento de projetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o processo de colonização do nosso país apenas uma pequena parcela da população brasileira tinha acesso à escola e ao conhecimento. A formação educacional era restrita a elite provida de capital, como os filhos dos senhores de engenho, sendo que os índios e os demais trabalhadores eram catequizados e instruídos para a força de trabalho. Historicamente, alguns séculos se passaram, sistemas educacionais mudaram e se aperfeiçoaram, muitas transformações e evoluções ocorreram na sociedade, mas, atualmente, ainda se faz necessária uma democratização do acesso a escola e educação digna e de qualidade no Brasil. É fundamental uma educação igualitária para todos os brasileiros, sem distinção de formas, para que a sociedade brasileira seja verdadeiramente evoluída e instruída de conhecimento e cultura.

Palavras-chave: Educação; Ensino; Aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 20 jan. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da educação:** introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia**, n. 4, p. 15-30, fev./jul. 1993.

SILVA, Adailton Soares; SOUZA, Aneilton Oliveira de. Política Educacional no Brasil: do Império à República. **Rios Eletrônica – Revista Científica da FASETE**, v. 5, n. 5, p. 69-78, dez. 2011.

SOUZA, José Clécio Silva de. Educação e história da educação no Brasil. **Educação Pública**, v. 18, n. 23, nov. 2018.

SOUZA, José Clécio Silva de; SANTOS, Matheus Conceição. Contexto histórico da educação brasileira. **Educação Pública**, v. 19, n. 12, jun. 2019.